



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PL Nº 043/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLO ÀS 12:10 hs  
DATA: 06/10/22  
106  
Assinatura

**Institui, no âmbito do Município de Canaã dos Carajás-PA, o Programa Social Cardlivro, no caso, voltado para aquisição de livros pelos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, bem como pelos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino Municipal, e dá outras providências.**



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeita de Canaã dos Carajás-PA

PROJETO DE LEI N.º 043/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLO ÀS 12:10 hs  
DATA: 06/10/22  
106  
Assinatura

*Institui, no âmbito do Município de Canaã dos Carajás-PA, o Programa Social Cardlivro, no caso, voltado para aquisição de livros pelos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, bem como pelos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino Municipal, e dá outras providências.*

**JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA, Prefeita de Canaã dos Carajás, Estado do Pará**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 73 e 74 da Lei Orgânica deste Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, como forma de promoção à capacitação, incentivo à leitura e à literatura, o Programa Social Cardlivro, cujo objetivo é permitir a aquisição de material impresso pelos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação, bem como pelos alunos devidamente matriculados na Rede Pública de Ensino Municipal.

**§ 1º** O Cardlivro será concedido durante o Festival Literário e Artístico de Canaã dos Carajás – FLACC, evento este que acontecerá todos os anos e integrará o Calendário Oficial do Município.

**§ 2º** Compete à Secretaria Municipal de Educação realizar a emissão, de forma direta ou indireta, dos cartões destinados aos profissionais e alunos citados no *caput* do artigo 1º desta lei.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**§ 3º** Na hipótese de a emissão ser realizada de forma indireta, esta poderá ser feita através de convênio com outros entes federados ou com as pessoas jurídicas a eles vinculadas, consoante o teor do *caput* e parágrafo único do art. 84 da Lei Federal 13.019/2014.

**Art. 2º** O Cardlivro permitirá à aquisição de um ou mais exemplares de materiais impressos durante o FLACC, até o valor:

- I - de 23,87 (vinte e três vírgula oitenta e sete) Unidades Fiscais do Município – UFM a ser concedido aos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino;
- II - de 11 (onze) Unidades Fiscais do Município – UFM a ser concedido aos demais profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação;
- III - de 03 (três) Unidades Fiscais do Município – UFM a ser concedido aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino.

**Art. 3º** A emissão do Cardlivro pela Secretaria Municipal de Educação, seja na forma direta ou indireta, encontra-se condicionada ao prévio requerimento do servidor e/ou do aluno interessados.

**Parágrafo único.** O aluno somente poderá retirar o Cardlivro:

- I - na data designada pela Secretaria Municipal de Educação;
- II - acompanhado por um de seus genitores ou responsáveis legais;
- III - portando documento de identificação pessoal legível do aluno e de seu responsável legal;
- IV - portando atestado emitido por uma das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal, que, no caso, comprove que se encontre devidamente matriculado em uma instituição de ensino referida no *caput* do art. 1º desta lei.

**Art. 4º** Os valores financeiros referente ao Cardlivro, seja na forma direta ou indireta, serão disponibilizados nos cartões magnéticos ou meio congênere, no caso, aos servidores e/ou ao responsável legal de cada aluno.



**ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Parágrafo único.** Na hipótese de o valor concedido aos beneficiários não ter sido, total ou parcial, utilizado para aquisição de materiais impressos durante o FLACC, o saldo remanescente será restituído ao erário.

**Art. 5º** A escolha dos estabelecimentos que comercializarão livros durante Festival Literário e Artístico de Canaã dos Carajás – FLACC será feita em chamada pública, por meio de edital, em número pré-estabelecido, podendo haver sorteio para escolha.

**Art. 6º** Caberá ao Executivo Municipal, por ato normativo próprio, fixar normas complementares para execução do previsto nesta lei.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal para o corrente exercício de 2022.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 877 de 18 de novembro de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal, aos dias 06 do mês de OUTUBRO de 2022.

**JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA**

Prefeita do Município Canaã dos Carajás/PA





## MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssima Senhora Vereadora,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLO ÀS 12:10 hs  
DATA: 06/10/20  
100  
Assinatura

Nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do município de Canaã dos Carajás, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso texto do Projeto de Lei que **"Institui no âmbito do Município de Canaã dos Carajás-PA o Programa Social Cardlivro"**, cujo objetivo é fomentar, incentivar, bem como capacitar os profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação e os alunos devidamente matriculados na Rede Pública de Ensino Municipal.

Como é de conhecimento dos senhores Vereadores, o Estado brasileiro, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, possui como **fundamento**, entre outros, a **cidadania**. De igual modo, estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade, livre, justa e solidária, bem como voltada para erradicação da pobreza, a marginalização social e reduzir as desigualdades sociais.

Ocorre que, só é possível construir um senso real de cidadania, isto é, como forma de emancipação do indivíduo e concretização de uma sociedade livre, justa e sem desigualdades, por meio da educação. Educação esta, enquanto um direito fundamental de natureza social<sup>1</sup>, que não deve ser compreendida de forma reducionista, mas sim em uma perspectiva ampla e que fomenta o desenvolvimento de todos, dentro e fora, das salas de aulas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o acesso aos livros (gênero<sup>2</sup>) apresenta-se como um dos meios de se concretizar o direito fundamental a educação e, conseqüentemente, os objetivos e os fundamentos constitucionais. Por outros termos, o Estado – em suas

<sup>1</sup> Consoante o *caput* do art. 6º da Constituição Federal.

<sup>2</sup> Deve ser compreendido como livros, jornais, periódicos etc.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

diferentes esferas – **deve** atuar para fomentar e incentivar que todos e, em especial os alunos e professores tenham meios de adquirir livros.

Justamente por isso e como uma política pública voltada para fomentar e incentivar o acesso ao livro, a CF estabelece, consoante o teor do art. 150, VI, “d”, uma imunidade tributária aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Afinal, educação e os diversos meios de produção de conhecimento impresso andam, necessariamente, juntos.

Outrossim e em tempo, registre-se que o presente projeto de lei encontra fundamento, ainda, na Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003), uma vez que esta estabelece no inciso II de seu art. 1º que “o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, na transformação e aperfeiçoamento e da melhoria da qualidade de vida”, bem como que – continua o inciso III do supracitado artigo – deve o Estado “fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro”.

O presente projeto busca, ao fim e ao cabo, ampliar e melhorar o benefício que era concedido com fundamento na Lei Municipal nº 877/2019, concedendo-o, agora a todos os profissionais de educação e aos alunos.

Face ao exposto e considerando os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais elencados alhures, ainda que de forma concisa, estão expostas as razões que levaram ao encaminhamento do presente Projeto de Lei, para, **em regime de urgência**<sup>3</sup>, análise e votação desta altiva Câmara Municipal.

Na oportunidade, renovamos protestos de estima e consideração a todos os membros dessa pela Câmara Municipal de Canaã dos Carajás.

**GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**, Estado do Pará, 29 de setembro de 2022.

Atenciosamente,

  
**JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA**

<sup>3</sup> Devido a proximidade do evento, faz-se necessário que o presente projeto de lei trâmite em regime de urgência nesta casa legislativa.